



EDUCAÇÃO  
EM DEBATE

Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio<sup>1</sup>

# Trabalho, sindicato e consciência de classe: o debate (ainda) necessário<sup>2</sup>

BCH-UFC

## Resumo

*O presente artigo empreende, de forma introdutória, o debate ainda necessário acerca das categorias marxistas: trabalho, sindicato e consciência de classe. Estes conceitos permanecem importantes na atual crise estrutural do capital, espriada a todas as dimensões do ser social, pela persistência do trabalho como categoria central da sociabilidade humana, bem como pela importância da organização e da luta dos trabalhadores no processo de superação da sociedade de classes. Esta realidade demanda por parte dos organismos de representação dos trabalhadores, dentre eles o sindicato, o vigoroso papel de arregimentar a consciência de classe, presa nos desvãos dos discursos mistificadores da ideologia dominante, empunhando – mais do que nunca – a desafiadora tarefa de articular os interesses imediatos aos interesses históricos do “ser que vive do trabalho” com vistas à construção do socialismo.*

**Palavras-chave:** trabalho, sindicato, consciência de classe.

## Abstract

### Labor, labor unions and class consciousness: the debate still needed

*The article focuses upon the debate around the Marxist categories related to labor, labor unions and class consciousness. The author defends that the relevance of the above mentioned debate is reaffirmed in the present social context, which is characterized by the effects of capital's structural crisis (Mészáros) over all dimensions of the social being. From this theoretical point of view, it is stated that the labor category remains central to the understanding of the process of social reproduction, and, moreover, it reasserts the importance of the labor struggle towards the overcoming of the capitalist order. In this process labor unions play a most significant role concerning the development of class consciousness, against the dominant wave of mystifying paradigms and speeches about reality, undertaking the task of articulating immediate and historical interests, from the perspective of the working class.*

**Keywords:** labor, class consciousness, labor union.

<sup>1</sup> Cristiane Porfírio do Rio, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFC. Bolsista da CAPES. E-mail: crisporio@ig.com.br.

<sup>2</sup> O presente artigo é parte integrante da Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC. É parte também da produção do grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Luta de Classes do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO, da Universidade Estadual do



## Introdução

Vivemos “tempos de divisas, tempo de gente cortada” como já anunciava nosso poeta maior, Drummond. Em tempos como estes a consciência humana é impulsionada pela ideologia dominante a fragmentar-se em concepções parciais e/ou a caminhar na direção dos irracionalismos, se desenraizando da objetividade material. Assim, afirma-se na atualidade – regida pelo capital em crise – que o trabalho perdeu a centralidade na sociabilidade dos homens e que teríamos aportado à sociedade do conhecimento, a qual teria a ciência como principal motor. Esse emaranhado teórico, a nosso ver duvidoso, põe em cheque as grandes narrativas para daí aduzir a superação do construto marxista, paradigma de maior vulto da modernidade.

Preocupados com tais elaborações, escrevemos este artigo com o intuito de reafirmar o trabalho enquanto categoria fundante e central da sociabilidade humana e elucidar a importância da organização e da luta dos trabalhadores através dos seus históricos instrumentos de organização, dentre eles, o sindicato, no sentido de arregimentar a consciência de classe com vistas à superação da ordem societal estranhada e mistificadora do capital.

Para tanto, dividimos o artigo em três partes: na primeira apresentamos a concepção marxista de trabalho, reafirmando sua centralidade no mundo dos homens; na segunda, tratamos da discussão referente ao papel do sindicato, enquanto importante instrumento de organização da luta dos trabalhadores, apontando com Mézáros os desafios postos, hoje, ao movimento sindical combativo; e, por fim, na terceira parte, tratamos da importante questão relativa à formação da consciência de classe dos trabalhadores, apresentando em seguida as considerações finais.

## Esfera do ser social: o fazer-se homem pelo trabalho

O processo evolutivo, complexo e contraditório, que originou, através de milhares de séculos e mediações, as esferas ontológicas, carregou no seu bojo possibilidades de saltos que foram do inorgânico para o orgânico e deste para a

esfera do ser social, guardando, bem entendido, a intrínseca relação entre as mesmas.

A esfera do ser social é hospedeira do “ser que dá respostas”, do ser que rompeu com o casulo puramente instintivo, passando a agir orientado por uma teleologia, possuidor que é, pela primeira vez na história do planeta, de um elemento que lhe impele para além de si mesmo, que lhe possibilita superar as forças hostis da natureza, colocando-as a seu serviço.

A consciência, é o elemento que possibilita ao homem, o ser que dá respostas, dar um salto ontológico em relação aos outros animais da esfera biológica pela via da reprodução, pela via do trabalho.

Dessa forma, o salto ontológico do ser biológico para o ser social dá-se pela reprodução, nas palavras de Lukács (1978, p.4-5) da “base dinâmico-estrutural de um novo tipo de ser”. Mister observar que o salto não se expressa na fabricação do produto como tal, e sim no papel que a consciência passa a exercer, uma vez que o produto antes mesmo de materializar-se na forma de objeto já existia de forma ideal na consciência do trabalhador. Desse modo, a consciência deixa de ser um epifenômeno da reprodução social e passa a atuar como “um poder ontológico efetivo”, para uso mais uma vez da expressão lukacsiana, como parte essencial do processo de trabalho humano, como ato/pôr teleológico no processo de transformação da natureza e construção de um mundo humanizado.

Assim, a grande característica do ser social não é a história da reprodução biológica dos indivíduos, mas a história do desenvolvimento de como os indivíduos se organizam para transformar a natureza no sentido de responder às suas necessidades, ou seja, o que determina a história dos homens não é, primordialmente, o desenvolvimento biológico, mas o desenvolvimento das relações dos homens entre si, das relações sociais.

Para Marx (1999 p. 27), o esforço intelectual distingue os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer outro elemento, no entanto, “... eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meio de vida, passo este que é considerado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material”.



## A centralidade do trabalho posta em questão: os termos fundamentais do debate

Tornou-se lugar comum nesta última década o discurso que afirma o fim da sociedade do trabalho, o desaparecimento da classe trabalhadora e o surgimento de uma nova sociabilidade, cujas determinações já não poderiam ser explicadas pela ontologia marxiana<sup>3</sup>.

Na base de tal discurso, que pretende declarar a invalidade do arcabouço teórico marxiano, duas teses são fundamentais: a de que a incorporação da ciência e dos avanços tecnológicos aos processos de trabalho, passou a constituir-se na principal fonte criadora de riqueza social, deixando para trás, sob a poeira do capitalismo clássico, o trabalho, velho fator de produção. E a de que a relação economia/política, base e superestrutura pensadas por Marx, foram invertidas, fazendo caducar a teoria marxiana do valor e do fetichismo.

Quanto à questão da perda da centralidade do trabalho na sociabilidade humana, as análises de Antunes (2000) nos mostram com clareza e consistência que a concepção dos “críticos do trabalho” está equivocada, uma vez que toma a categoria trabalho de forma unívoca, identificando a crise do emprego como crise do trabalho. Para esclarecermos tal confusão teórica, faz-se necessário retomarmos à teoria marxiana sobre o duplo caráter do trabalho.

Marx, desde os Manuscritos de 1844, quando escreve sobre o *Trabalho alienado*, e posteriormente, em *O Capital*, esclarece sobre o duplo aspecto do trabalho: de um lado, como um processo natural, uma eterna necessidade de intercâmbio do homem com a natureza, o trabalho concreto, criador de valor de uso; de outro, o trabalho abstrato, criador de valor de troca, como a forma histórica de organização do trabalho sob o capitalismo:

Todo trabalho humano é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso. (s/d, p. 54).

O trabalho concreto constitui-se, segundo Marx, uma necessidade natural de intercâmbio do homem com a natureza, necessidade de transformá-la a seu serviço, de humanizá-la, criando as condições de sua própria liberdade, uma vez que, escapando do jugo das forças da natureza, torna-se livre, capaz de realizar sua plena existência. Na perspectiva marxiana/lukacsiana, o trabalho<sup>4</sup> é o ato gênese do agir humano, e, enquanto tal, constituiu-se ao longo do processo histórico, como também, na sociedade contemporânea, o centro/fundamento da sociabilidade dos homens e da criação de riquezas<sup>5</sup>.

De acordo com Lukács, o trabalho é “a protoforma do agir humano” (1996, p. 24), é a capacidade singular que possui o ser social de produzir o novo, de transformar o mundo ao seu redor de forma consciente e direcionada. Através do trabalho o homem transforma a natureza e a si mesmo, ou seja, torna-se homem e humaniza o mundo ao seu redor. O trabalho assume um caráter universal, ocupando o centro da vida humana enquanto criador de valores de uso. Nas palavras de Marx:

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, - quaisquer que sejam as formas de sociedade, - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana (S/d, p. 50).

Quanto ao segundo aspecto, trabalho abstrato, no qual o trabalho particularmente foi assu-

<sup>3</sup> Dentre os autores que advogam a tese do fim da sociedade do trabalho, com diferentes nuances entre si, destacamos: Jürgen Habermas, Claus Offe, André Gorz, Adam Schaff e Robert Kurz.

<sup>4</sup> De acordo com Lessa (1996), a essência do trabalho constitui-se pela relação dialética entre teleologia e causalidade, entre a capacidade de projetar idealmente e previamente a finalidade de uma ação e os nexos causais do mundo objetivo/real. O que nos leva a reforçar com esse autor que a teleologia, no pensamento lukacsiano, longe de constituir-se um epifenômeno da processualidade social, constitui-se enquanto “categoria ontologicamente objetiva” pertencente à essência do mundo dos homens.

<sup>5</sup> Isso não significa dizer que todos os atos humanos sejam reduzidos a atos de trabalho. Contudo, reafirmamos, com Lukács, que o trabalho constitui-se a protoforma da atividade humana, modelo de toda práxis.



...indo ao longo das sociedades regidas pelo poder de mando do capital, sobretudo na sociedade capitalista, quando o estranhamento das relações sociais de produção são elevadas à mais alta potência, fazendo com que os produtores se apresentem como proprietários de objetos trocáveis, convertendo o homem e as relações que estabelecem entre si em mercadoria:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalhador não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (2001, p. 111).

Compreendido o duplo aspecto do trabalho, parece-nos claro que, enquanto atividade geral/universal, enquanto busca de respostas às necessidades reais da existência humana, o trabalho constitui-se, como já afirmara Marx, um fator ineliminável, uma eterna necessidade que perdurará concomitantemente à existência do homem, e que, portanto, perpassou e perpassará todas as fases de produção material de sua evolução.

Na sociedade capitalista, por sua vez, o trabalho universal ou geral é subordinado à lei do mercado, aos valores de troca. O trabalho, enquanto valor de uso, executado para satisfazer as necessidades humanas só é levado a cabo se apresentar um valor de troca, um produto que tenha como fim a troca, ou seja, uma mercadoria. Conforme as belas palavras contidas nos

Manuscritos: “a **atividade vital**, a vida produtiva, aparece agora para o homem como um único meio que satisfaz uma necessidade, a de manter a existência física. (...) A vida revela-se simplesmente como **meio de vida** (Marx, 2001, p. 116) (grifos do autor).”

Desse modo, o trabalho particular, abstrato ou criador do valor de troca, é aquele que toma como principal objetivo a criação do valor de troca, ou seja, transformar-se numa mercadoria. Sob o capitalismo, alerta Marx, o trabalho torna-se uma atividade alienada/estranhada, já que neste modo de produção o homem é levado a produzir apenas para gerar mais riquezas, mais dinheiro para os detentores do capital<sup>6</sup>.

Reconhecemos que o trabalho abstrato vem sendo alvo de profundas transformações, conseqüência direta da reordenação do capital para se reerguer de sua crise estrutural, porém não podemos cair na grotesca ingenuidade de achar que estamos diante do fim do trabalho, ou que o trabalho abstrato perdeu sua centralidade no processo de valorização do capital, pois não vislumbramos, até o momento, nenhum sinal de esgotamento do capitalismo, condição fundamental para sua extinção.

## O sindicato: breves considerações introdutórias<sup>7</sup>

Conforme Giovanni Alves (1999), um dos traços mais característicos do pensamento clássico de Marx, Engels e dos marxistas em relação ao sindicalismo é a compreensão deste a partir de uma dupla dimensão: de um lado, o pleno reconhecimento dos limites do sindicalismo frente ao movimento do capital; e, de outro, a intransigente defesa da importância dos sindicatos.

<sup>6</sup> Marx, ao analisar a alienação/estranhamento do trabalho sob o capitalismo, o faz sob três aspectos, quais sejam: “1) A relação do trabalhador com o **produto do trabalho** como a um objeto estranho que o domina, a qual é ao mesmo tempo a relação com o mundo externo sensível, com os objetos naturais, assim como com um mundo estranho e hostil; 2) A relação do trabalho com o **ato da produção** dentro do **trabalho**. Tal relação é a relação do trabalhador com a própria atividade assim como com alguma coisa estranha, que não lhe pertence, a atividade como sofrimento (passividade), a força como impotência, a criação como emasculação, a **própria** energia física e mental do trabalhador, a sua vida pessoal – e o que será a vida senão atividade? – como uma atividade dirigida contra ele, independente dele, que não lhe pertence; 3) O homem é uma criatura genérica, não só na acepção de que faz objeto seu, prática e teoricamente, a espécie (tanto a sua própria como a das outras coisas), mas também (...) no sentido de que ele se comporta diante de si mesmo como a espécie presente, viva, como um ser **universal**, e portanto livre. (...) Já que o trabalho alienado torna alheia a natureza do homem, aliena o homem de si mesmo, o seu papel ativo, a sua atividade fundamental, aliena do mesmo modo o homem a respeito da **espécie**; transforma a vida **genérica** e a vida individual; depois, muda esta última na sua abstração em objetivo da primeira, portanto, na sua forma abstrata e alienada.” (MARX, 2001, p. 115-6) (grifos do autor).

<sup>7</sup> Faz-se importante elucidar que esta parte do artigo foi publicada com algumas modificações no livro *Trabalho, educação e formação humana* organizado pelas professoras Belmira Magalhães e Edna Bertoldo da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, editado pela Edufal em 2005.



Para Marx e Engels, conforme o referido autor, os sindicatos se constituíram produto das lutas espontâneas dos trabalhadores contra a exploração dos capitalistas. E as greves foram vistas como os primeiros passos para a aprendizagem revolucionária, daí o seu caráter pedagógico e de resistência contra as usurpações dos capitalistas, não importando o resultado imediato que pudessem trazer.

Para Engels, as greves tinham assim “como escolas de guerra, uma eficácia sem igual”. Por mais que a derrota fosse o desfecho quase certo das greves travadas naquela época, massacradas pela repressão capitalista via aparato policial. Ainda assim, “Marx e Engels nunca aconselharam os operários a renunciarem à luta econômica, posto que as greves tinham principalmente um caráter pedagógico e de resistência contra os abusos dos capitalistas”. (ALVES, 1999, p. 03).

Na esteira desse pensamento, Lênin entende os sindicatos enquanto escolas da luta de classes, quando a práxis sindical deve ser mediadora da ação política dos trabalhadores, organizando-os para a luta revolucionária e anticapitalista. Esta concepção está presente na sua obra *Sobre os Sindicatos*, quando ao referir-se à “tática da luta de classe do proletariado”, cita duas observações de Marx a esse respeito, presentes respectivamente na *Miséria da Filosofia* e no *Manifesto Comunista*. A primeira faz menção às lutas e às organizações econômicas do proletariado:

A grande indústria concentra num só lugar uma multidão de pessoas desconhecidas umas das outras. A concorrência divide seus interesses. Mas a defesa dos salários, interesse comum frente ao patrão, une-as numa idéia comum de resistência, de coalizão (...) As coalizões, a princípio isoladas, organizam-se em grupos, e, diante do capital sempre unido, manter essa associação vem a ser para eles mais importante que a defesa dos salários (...) Nessa luta – verdadeira guerra civil – reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários para a batalha futura. Ao chegar a esse ponto, a coalizão adquire caráter político. (1979, p. 8) (grifos nossos).

A segunda observação direciona-se às tarefas políticas: “Os comunistas lutam para atingir os objetivos e interesses imediatos da classe operária: mas, ao mesmo tempo, também defendem, dentro do momento atual,

**o futuro desse movimento.”** Partindo de tais observações, Lênin afirma ser este “o programa e a tática da luta econômica e do movimento sindical de vários decênios, de toda e prolongada época durante a qual o proletariado prepara suas forças ‘para a batalha futura’” (Idem, *ibidem*, p. 9) (grifos nossos).

Lênin afirma que a greve põe os operários numa posição de classe contra classe, reafirmando-a enquanto “escola de guerra” no sentido da emancipação humana:

Assim, as greves ensinam os operários a unirem-se, as greves fazem-nos ver que somente unidos podem agüentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Exatamente por isso, os socialistas chamam as greves de ‘escola de guerra’, escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do capital. (1979, pp. 45-46).

Marx sempre manteve, não obstante tenha destacado a importância das lutas sindicais para a classe trabalhadora, uma postura crítica em relação aos limites desse tipo de organização, que tem como característica mais marcante manter-se, por sua própria natureza, no interior do círculo do domínio do capital. Nas palavras de Alves,

Para Marx, enquanto o movimento do proletariado persistir vinculado, de maneira exclusiva à forma-sindicato, cuja característica é a luta meramente defensiva, de caráter econômico ou político, contra o capital, continuará com sérias limitações diante da própria lógica do capital, submetida à esse sujeito que domina o complexo societário contemporâneo (Idem, *ibidem*, pp. 5-6).

Em contraposição à forma-sindicato, Marx propunha o “centro de organização da classe operária”:

...implicava transformar os velhos sindicatos em uniões de operários que organizassem os trabalhadores assalariados-empregados e desempregados, não apenas enquanto vendedores, reais ou virtuais, da mercadoria força



de trabalho, mas sim como indivíduos-produtores, potenciais criadores de uma nova sociedade, sem explorados e exploradores... (Idem, ibidem, p.06).

Mészáros (1993), também herdeiro do pensamento marxista, traça uma contundente análise do sindicalismo, afirmando que este, desde os seus primórdios até os nossos dias, não conseguiu evitar a setorialidade e a parcialidade, o que não significa dizer que tenha adotado uma estratégia incorreta, mas que se deu por força de determinações materiais objetivas, ocasionando numa postura que se combinou, segundo o mesmo autor, com sua articulação defensiva.

Observa esse autor que o aprofundamento da postura defensiva significou um avanço paradoxal, quando o movimento operário, através dos seus primeiros sindicatos, passou a ser ao mesmo tempo interlocutor e adversário do capital. Tal fato se tornou ainda mais desastroso, conforme Mészáros, pela postura adotada pelos partidos políticos os quais para obter alguma vantagem junto ao capital, davam como contrapartida o afastamento do movimento socialista de seus reais objetivos, aceitando a ordem política e econômica estabelecida como única forma possível para solução do conflito entre capital e trabalho.

Dessa forma, no entendimento do referido autor, o desafio para o movimento operário traduz-se em criar formas de atuação autônomas, capazes de articular intimamente as ações econômicas (sindicais) e as ações político-parlamentares (partidárias), superando as divisões e fraturas que desde o seu nascedouro até o presente só serviram para fragilizar as lutas dos trabalhadores, acabando por fortalecer o capital. Portanto, faz-se extremamente necessário e urgente, diante da ofensiva criminosa e destrutiva do capital, a rearticulação do movimento socialista autêntico, o que se fará, conforme defende Mészáros, pela

combinação completa do braço industrial com o braço político do movimento trabalhista: mediante, de um lado, a atribuição dos sindicatos de tomada de decisão significativa (incentivando-os a serem diretamente políticos) e, de outro, pela transformação dos próprios partidos políticos em participantes desafiadoramente ativos nos conflitos industriais, como antagonistas incansáveis do capital, assumindo a responsabilidade pela luta den-

tro e fora do parlamento. (Idem, ibidem, p. 23) (grifos do autor).

Portanto, entendemos pelo pensamento marxista os limites do movimento sindical, sobretudo se continuar preso à setorialidade e às ações defensivas, priorizando a “linha de resistência mínima”, ou seja, o reformismo. Contudo, reafirmamos as possibilidades de superação de tais fraturas organizativas, ao se assumir como desafio, articular a ação econômica com a ação política, tomando como horizonte estratégico a ruptura com o capital com vistas à construção do socialismo.

## Sobre a emergência da consciência de classe

Mészáros, um dos mais qualificados intérpretes da obra marxiana na atualidade, relata que a teorização de Marx quanto às classes sociais gerou uma ambigüidade básica que tem confundido os seus intérpretes:

... de um lado, ele estava muito convicto de que as contradições engendradas pelo capitalismo levariam inevitavelmente a um proletariado com consciência de classe e, daí, a uma revolução proletária. Mas, por outro lado, ele atribuiu à consciência de classe, à ação política e à sua teoria científica da história um papel preponderante na realização desse resultado (1993, p. 76).

Argumenta este autor, que entender a consciência de classe como mera subjetividade e subproduto do capitalismo, leva-nos a um erro grotesco da concepção marxiana, fato este que ocorre quando se substitui seu complexo dialético por um modelo determinista unilateral.

Mészáros chama a atenção à complexidade da metodologia dialética de Marx, esclarecendo que, enquanto numa concepção mecanicista há uma demarcação rígida entre o determinado e seus determinantes, na metodologia dialética há que se atentar para as interações complexas, nas quais os determinantes são também determinados.

Desse modo, as várias manifestações institucionais e intelectuais da vida humana não são simplesmente constituídas sobre uma base econômica, mas também estruturam ativamente essa base econômica, através de uma estrutura própria, imensamente intrincada e relativamente autônoma.



Essas “interações complexas” ocorrem também no campo da consciência, em todas as suas formas de manifestações, determinando de forma recíproca as estruturas econômicas da sociedade e sendo, ao mesmo tempo, por elas determinada. Dito de outro modo, existência e consciência estão reciprocamente imbricadas.

Para uma devida compreensão do conceito marxiano de consciência de classe, sempre segundo Mészáros, é imprescindível entender, igualmente, a sua concepção de “causalidade social”, do mesmo modo que tal conceito só atinge seu sentido pleno se compreendido enquanto “foco de uma multiplicidade de fenômenos sociais estruturalmente interligados.” Caso contrário, cair-se-á no voluntarismo, no objetivismo, e no aventureirismo (Idem, *ibidem*, p. 80).

Enfim, para uma adequada compreensão dos conceitos marxianos de classe e consciência de classe, é necessário o estudo de seu pensamento como um todo, nas palavras de Mészáros: “uma análise cujo foco seja o conceito de ‘conflito social e seus determinantes’, avaliados de acordo com a dialética dos determinantes recíprocos” (Idem, *ibidem*, p. 83).

Atento à complexa totalidade da concepção marxiana, Mészáros afirma que, de acordo com Marx, a consciência de classe é inseparável do reconhecimento do interesse de classe, tomando como base a posição social real das diferentes classes presentes na estrutura da sociedade.

Para o referido autor, a essência da teoria de classes e da consciência de classes de Marx, reside no conceito de subordinação estrutural necessária do trabalho ao capital na sociedade de mercadorias, quando o interesse de classe do proletariado é definido em termos de mudança dessa subordinação estrutural.

As diferenças qualitativas entre os interesses das classes fundamentais deixam claro o nível de dificuldades de organização e de elevação da consciência de classe por parte dos trabalhadores, uma vez que para a classe dominante,

... o auto-interesse individual dos membros particulares do grupo dominante está diretamente relacionado ao objetivo geral de retenção da posição privilegiada e estruturalmente dominante que o grupo, como um todo, tem na sociedade. A ‘transcendência do auto-interesse individual’ na direção do interesse coletivo da classe é, portanto, uma mera ficção, uma vez que essa ‘transcendência’, na realidade, não significa nada a não ser uma proteção efetiva do puro interesse (Idem, *ibidem*, p. 92).

Por outro lado, o que ocorre com a classe dominada é bastante diferente:

... os interesses a ‘curto prazo’ dos indivíduos particulares, e mesmo da classe como um todo, em um momento dado, podem estar em oposição radical ao interesse de mudança estrutural ‘a longo prazo’. É por isto que Marx pode e tem de apontar a diferença fundamental entre a consciência de classe contingente ou ‘psicológica’ e a consciência de classe necessária<sup>8</sup> (Idem, *ibidem*, p. 94).

O proletariado, portanto, constitui-se de forma contraditória: por um lado, enquanto mera soma total de seus membros individuais, é uma contingência sociológica (estratificada e dividida por interesses de classe), dotada de objetivos específicos, poderes e instrumentos mais ou menos limitados para sua efetivação. Por outro lado, o mesmo proletariado é também parte constituinte do antagonismo estrutural da sociedade capitalista.

Marx denominou a essa constituição do proletariado, conforme Mészáros, de “contradição entre o ser e a existência do trabalho”, sendo o fator crucial para sua resolução o desenvolvimento de uma consciência de classe adequada ao ser social do trabalho<sup>9</sup> (Idem, *ibidem*, p. 95).

É importante observar com esse mesmo autor que o desenvolvimento da consciência de classe não se dá de forma mecânica ou espontânea, mas sim de forma dialética: “o desenvolvi-

<sup>8</sup> Conforme Mészáros, a diferença fundamental entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária, reside no fato de que: “... enquanto a primeira percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições, a última as compreende em suas inter-relações, isto é, como traços necessários do sistema global do capitalismo. A primeira permanece emaranhada em conflitos locais, mesmo quando a escala da operação é relativamente grande, enquanto a última, ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do controle social, preocupa-se com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados...” (Idem, p.118).

<sup>9</sup> Para Mészáros, a consciência de classe do proletariado constitui-se na “... consciência do trabalhador de seu ser social enquanto ser enquistado no antagonismo estrutural necessário da sociedade capitalista, em oposição à contingência da consciência de grupo que percebe somente uma parte mais ou menos limitada da confrontação global” (Idem, *ibidem*, p. 96).



mento da consciência de classe é um processo dialético (...) o desenvolvimento 'direto' e 'espontâneo' da consciência de classe proletária – seja sob o impacto de crises econômicas ou como resultado do auto-esclarecimento individual – é um sonho utópico” (Idem, *ibidem*, p. 96).

Por fim, conclui Mészáros *que*, “a auto-consciência da classe em si e para si não pode ser diferente da consciência de sua ‘tarefa histórica’ de constituição de uma alternativa histórica real à ordem vigente na sociedade: uma tarefa enraizada nas contradições irreconciliáveis do seu próprio ser histórico-social” (Idem, *ibidem*, p. 107).

Marx, na *Ideologia Alemã*, ao referir-se à consciência, afirmou que:

Os homens são os produtores de suas representações (...). A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (...) Se a expressão consciente das relações reais destes indivíduos é ilusória, se em suas representações põem a realidade de cabeça para baixo, isto é conseqüência de seu modo de atividade material limitado e das suas relações sociais limitadas que daí resultam (1999, pp. 36-37).

Assim sendo, se a consciência dos homens está invertida é porque seu modo de vida material lhe impõe limites. O modo de produção capitalista, criação social dos próprios homens, que a tudo transforma em mercadoria, roubou destes a condição de criadores, transformando-os em criaturas, desumanizou-os e deu-lhes também formato de mercadoria, expropriando-lhes a condição humana, a capacidade de dar respostas para tornar-se livre.

Dessa forma, a fina flor do processo evolutivo, o homem, transformou-se em presa dos seus próprios grilhões, grilhões que também não reconhece como criação sua. Estranhou-se e perdeu-se na sua pré-história, de onde não consegue sair.

A saída do labirinto está na articulação entre os elementos necessários da subjetividade e da objetividade que o rodeia. Lembrando mais uma vez as sábias palavras de Marx na supracitada obra, para quem os elementos materiais de uma subversão total compõem-se, de um lado, “... pelas forças produtivas existentes e, de outro, a formação de uma massa revolucionária que se revolte, não só contra as condições particulares da sociedade existente até então, mas

também contra a própria ‘produção da vida’ vigente, (...) sobre a qual se baseia” (1999, p. 57).

## À guisa de conclusões

O esforço teórico empreendido neste artigo buscou contribuir de forma simples com a discussão em torno das categorias marxistas: trabalho, sindicato e consciência de classe, uma vez que vislumbramos a importância de reafirmar a validade de tal referencial diante do atual contexto de crise estrutural do capital e suas conseqüências nefastas para a objetividade e a subjetividade dos trabalhadores. Faz-se da mais extrema necessidade, por parte das entidades representativas dos trabalhadores, mormente os sindicatos, cumprir o seu papel perspicuo de arregimentação da consciência de classe, velada pelo discurso alienante do fim da sociedade do trabalho e por assim dizer da sua tarefa enquanto sujeito revolucionário capaz de superar a ordem destrutiva do capital.

Na contramão desse discurso oco e misticador, reafirmamos, com a perspectiva marxiana/lukacsiana, que o trabalho é o ato gênese do agir humano, e, enquanto tal, constituiu-se ao longo do processo histórico, como também, na sociedade contemporânea, o centro/fundamento da sociabilidade dos homens e da criação de riquezas. Na verdade, o discurso do “fim do trabalho” tece-se, no interior da classe dominante, através dos seus intelectuais orgânicos e segue em direção oposta ao movimento real dos fatos, com o objetivo único de escamotear as velhas relações capitalistas de exploração e expropriação da força de trabalho, além de dismantelar as resistências e as formas de organização da classe trabalhadora.

A partir desse invólucro deturpador, o discurso burguês passa a ser apreendido de forma bastante perversa pelo olhar desatento de parte considerável da classe dominada, via fala e atuação de suas lideranças. Sabemos que a consciência proletária não acontece de forma linear, a história tem nos mostrado isto, há momentos de fluxos e de refluxos, tudo permeado pelo grau da ofensiva ideológica dominante e das próprias condições objetivas em que estão inseridos os trabalhadores. No entanto, quanto mais clareza tiver o trabalhador da condição contraditória entre seu ser e sua existência, como bem denominou Marx, mais condições terá de articular sua



práxis sindical no sentido de transitar da luta “em si”, pautada nas reivindicações econômicas que não rompem com as causas de sua exploração, a sociedade capitalista, à luta “para si”, quando adquirindo a compreensão da totalidade social em que vive, torna-se capaz de impor um projeto político revolucionário, superando de vez a subordinação estrutural imposta pela ordem do capital.

Por fim, consideramos urgente aos trabalhadores uma firme formação política e ideológica, capaz de lhes dar suporte para entender a realidade na sua totalidade, possibilitando o avivamento da consciência de sua tarefa histórica. O materialismo histórico-dialético é, a nosso ver, a teoria que falta ao movimento sindical nos tempos atuais, uma vez que a agudização das péssimas condições de vida e de trabalho reclama uma resposta radical por parte dos trabalhadores, o que nos coloca novamente diante do velho desafio posto por Rosa Luxemburgo: socialismo ou barbárie? Ou como diz Mészáros: “socialismo ou barbárie, se tivermos sorte de chegar lá!”

## Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. *Marx, Engels e os limites do sindicalismo. I Colóquio Marx e Engels*. Campinas: IFCH – UNICAMP, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

LESSA, Sérgio. *A ontologia do ser social*. Maceió: EDUFAL, 1996.

LENIN, V. I. Ulianov. *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Ed. Livramento, 1979.

LUKÁCS, George. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. *Revista Temas de Ciências Humanas*. S/v, s/nº, São Paulo: 1978.

MAGALHÃES, Belmira e BERTOLDO, Edna. *Trabalho, educação e formação humana*. Maceió: Editora da Edufal, 2005.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. *O Capital – crítica da economia política*. Livro 1. v. I. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, s/d.

MARX, K. e ELGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução: José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1ª ed. São Paulo: Editora da UNICAMP e Boitempo Editorial, 2002.

RIO, Cristiane Porfírio de Oliveira. *A Política Nacional de Formação da CUT: análise crítica dos princípios e estratégias da Escola Nordeste*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.